

Resenha Livre

FRAGOSO, João. *A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2024. 352 p.

Que sociedade perfeita era aquela?

What kind of perfect society was that?

¿Qué sociedad perfecta era aquella?

Julian de Souza da Mota, *Universidade Federal do Maranhão*   

Publicado, em 2024, pela editora Contexto, *A sociedade perfeita: origem das desigualdades sociais no Brasil*, de João Fragoso, foi, em 2025, semifinalista do Prêmio Jabuti, na categoria História e Arqueologia. Apesar de não ter chegado à grande final do concurso, a simples indicação já assinala a envergadura do trabalho de Fragoso, em colaboração de Roberto Ferreira Guedes, que assina o terceiro capítulo da obra. O trabalho é fruto de mais de trinta anos de pesquisa em arquivos do Brasil e do exterior e de uma longa experiência no campo da história social como orientador de mestrado e doutorado. O autor persegue, como o subtítulo sugere, a raiz das desigualdades experienciadas no Brasil, o que nos leva a nos perguntarmos: que sociedade perfeita é essa?

A hierarquização social da Europa foi sendo construída, segundo o autor, a partir da mediação da Igreja Católica, a referendar as desigualdades sociais com base em uma visão religiosa. Aqui é possível perceber como o cristianismo católico configurou-se como força auxiliar do processo de consolidação das monarquias nacionais com a sua mensagem de submissão, resignação e aceitação à ordem preestabelecida por “nosso senhor Jesus Cristo”. A mensagem cristã era intensificada pelo aspecto rural da

Europa, marcada por superstições e temor do sobrenatural. De acordo com a fé, essa sociedade hierárquica refletia as bênçãos celestiais, com Deus sendo o portador do dom da vida concedido aos seres humanos. Assim como na esfera celestial, a vida terrena era assegurada por indivíduos que, assim como Deus, detinham poder sobre os demais. Nesse sentido, a cabeça (rei) representa o governante, enquanto os súditos eram considerados “os membros”.

Essa perspectiva religiosa concedeu à aristocracia europeia o direito habitual de exercer violência contra camponeses e demais dependentes. Nessa sociedade, o grande proprietário assumia o papel de um pai cuidadoso e justo, que dispunha da capacidade de punir os filhos desobedientes quando necessário. Contudo, as punições não poderiam ser exageradas nem desproporcionais.

As punições eram aceitas, mas, de acordo com o autor, essa sociedade hierarquizada estava repleta de fissuras, e os agentes sociais da época eram capazes de identificá-las e, quando possível, explorá-las em seu próprio benefício. Era no tecido social que os indivíduos encontravam estratégias de resistência e dissimulação que “enganavam Deus” e os senhores aristocráticos. Pouco a pouco, na virada do século XV para o XVI, as autoridades celestial e temporal passaram a ser questionadas.

Teria sido no decorrer do processo conhecido como Reforma Protestante que os pilares do cristianismo começaram a mostrar sinais de fragilidade. As ações de Martin Lutero questionavam o papado a respeito do poder absoluto que lhe era concedido. Como opção, o monge propunha a criação do sacerdócio universal, conceito que permitia que todos pudessem ser disseminadores da fé em Cristo.

Por sua vez, o poder temporal também sofreu mudanças. Os estados nacionais modernos, que emergiram nesse período, são criados com a finalidade de organizar, proteger a sociedade e regular a economia. Nesse aspecto, o autor opõe-se à concepção de uma monarquia absoluta, na qual o poder está concentrado, unicamente, nas mãos do monarca. O pesquisador destaca que o que se chama de monarquia absoluta é, na verdade, monarquia dependente de outros agentes, dividindo o poder com eles por

meio de uma teia de alianças e jogos de interesse. As cidades eram o grande palco desse processo de dissimulação e partilha de poder.

Essas cidades surgiram do processo de desenvolvimento econômico vivenciado durante a recomposição demográfica ao final das epidemias que assolaram a Europa no século XIV. A maioria dessas cidades, tais como Antuérpia, Amsterdã e Londres, organizaram-se como importantes rotas comerciais que conectavam a Europa a outras regiões. Esse processo de acumulação de capitais e expansão comercial precipitou espanhóis e portugueses a iniciarem o processo de expansão primeiramente para a África, depois para a Ásia e América.

Na América, por exemplo, a expansão comercial teria financiado o estabelecimento das grandes *plantations*; estaríamos diante, nesse momento, do estabelecimento do sistema mundo capitalista segundo as teses defendidas primeiro por Immanuel Wallerstein e, mais recentemente, por Dale Tomich¹. No entanto, Fragoso desmonta a tese de que esse processo propiciou o surgimento de um capitalismo liderado pelo noroeste europeu e pela Inglaterra. O autor sublinha que a Europa, a despeito da expansão comercial, era 80% rural, logo a sua população subsistia de sua agricultura, ou seja, não estava inserido no complexo de consumo capitalista. Desse modo, o consumo era liderado pelas cidades, as quais, também, não eram assim tão populosas. Em 1600, segundo dados levantados pelo autor, apenas três cidades europeias tinham população superior a 200 mil habitantes. Quem, então, consumia os produtos saídos da Ásia e da América? Os membros da aristocracia citadina, que correspondiam a 10% da população. Por essa e por outras, assevera não ser possível, naquele contexto, falar em economia capitalista; seria mais correto falar em uma economia-mundo que conectava, a partir do século XV, vários pontos do mundo, mas não em um sistema capitalista que influenciava a flutuação dos preços e a produção dos camponeses, muito menos que subordinava a economia dos complexos ultramarinos.

¹ No Brasil, essa tese foi defendida por Ricardo Salles e Rafael de Bivar Marquese, ao analisarem o que eles chamam de “segunda escravidão”.

Para analisar a formação desses complexos ultramarinos, João Fragoso centra a sua análise em Portugal. A formação da monarquia nesse país viabilizou-se por meio de intrincadas redes de alianças entre a casa real e a nobreza. Essas alianças obrigavam o rei a compartilhar o seu poder com os senhores e os municípios. Como isso ocorria? A partir da política de mercês adotada pelos reis portugueses, que consistia na concessão de dádivas reais impagáveis aos que defendiam o monarca de seus inimigos, no caso em tela, por exemplo, o rei concedeu benefícios aos que lutaram nas Guerras de Reconquista.

Nesse sentido, a nobreza portuguesa diferenciava-se de outras europeias, pois as suas rendas não eram provenientes de terras e arrendamentos, mas sim dos serviços prestados à coroa. Esse processo incide mais tarde nas receitas da monarquia lusa, que, pouco a pouco, tornou-se dependente da exploração ultramarina diante da dificuldade do estabelecimento de uma nobreza fundiária. Isso ocorria, pois, para serem mantidos os cargos vitalícios dos oficiais do reino, era necessário ampliar as conquistas e, conseqüentemente, distribuir benesses. Ou seja, a nobreza lusa, para existir, dependia dos foros de fidalgos da casa real e das bênçãos dos monarcas. Contudo, como era de se esperar, o acesso a essas dádivas era desigual, afinal estamos a falar de uma sociedade calcada sobre o signo das diferenças.

A formação das possessões ultramarinas portuguesas obedeceu à lógica dessa hierarquização social. As terras conquistadas e os seus povos deveriam submeter-se ao domínio dos “mais fortes”, no caso, o colonizador. No entanto, como tem sido amplamente evidenciado pela historiografia sobre o tema (aqui, podemos citar os trabalhos de Francisco Cancela, para o caso da Bahia; e os trabalhos pioneiros de John Monteiro e Manuela Carneiro Cunha), a transformação do indígena em escravizado não foi tarefa fácil. A resistência desses sujeitos, a política de alianças, o papel da Igreja Católica preocupada em lucrar, mas, ao mesmo tempo, também, em aumentar o seu número de fiéis, obrigou as elites da terra a se voltarem para o continente africano visando formar um exército de trabalhadores escravizados que sintetizariam, de

maneira mais clara, a lógica do domínio de uns poucos sobre outros muitos. O tráfico de seres humanos gerava, para a coroa e para os potentados locais, vultosas receitas.

O pesquisador João Fragoso deixou a tarefa de analisar a estrutura do tráfico atlântico sob o encargo de Roberto Ferreira Guedes. O pesquisador começa o terceiro capítulo do livro, destacando o papel da Igreja Católica na conversão dos africanos em escravizados. Guedes chama a atenção para o fato de que os africanos saiam dos portos como cativos e somente tornam-se plenamente escravizados quando de sua chegada ao Brasil. Já nas Américas, segundo o historiador, o clero não criticava o sistema, mas sim os maus senhores e os maus escravos. Vale lembrar, mais uma vez, ao leitor que, a exemplo das relações feudo-vassálicas da Europa, na escravidão atlântica, o proprietário do escravizado, também, era enxergado como uma espécie de pai que deveria zelar e orientar os próprios filhos, mas que, caso se fizesse necessário, poderia, igualmente, castigá-los.

Na tentativa de estabelecer um modelo de bom escravo, os padres introduziram o culto a santos negros, como Santo Elesbão e Santa Efigênia. Esses santos demonstravam aos cativos ser possível para os negros alcançar a santidade por meio da resignação e obediência, não aos senhores, mas a Deus, que se manifestava por meio de seus proprietários. Como se pode notar, a sociedade hierarquizada necessitava de modelos a serem imitados, tanto por brancos livres, ricos ou pobres, quanto por negros livres, escravizados ou libertos.

Somados a esse processo de justificativa da escravidão pelo cristianismo, Guedes destaca que a escravidão já existia em África antes dos europeus, evidenciando, no entanto, que a necessidade crescente de mão de obra para os complexos ultramarinos desagregou o tráfico interno de modo a centrifugar, para as Américas, milhões de africanos.

Além disso, dando continuidade à mesma linha analítica de Fragoso, Guedes aponta que os europeus, especialmente os portugueses, não possuíam autoridade absoluta sobre os povos locais. Na verdade, o que acontecia era a contínua instabilidade do domínio português no continente, que dependia, fortemente, das

chefaturas, checados e outras lideranças políticas estabelecidas na região. Isso indica que o tráfico resultou da convergência de interesses entre portugueses do reino e das colônias, além dos líderes africanos. Assim como os europeus, esses também tinham motivações sociais, políticas e econômicas para apoiar e incentivar o tráfico humano.

O tráfico era estruturado com base nas demandas do comércio com o Brasil, que na época era colônia portuguesa, sendo financiado, principalmente, por comerciantes de Salvador e do Rio de Janeiro. Contudo, na África, especialmente em Luanda, atual capital de Angola, havia uma dispersão da atividade entre indivíduos, sejam eles grandes ou pequenos proprietários. O autor diz que: “[...] não havia, portanto, fronteiras ocupacionais, de qualidade de cor (preto, branco, pardo e etc.) ou de sexo que fossem um obstáculo intransponível à participação no negócio” (Guedes, 2024, p. 105). Guedes fundamenta essa declaração em dados que oferecem uma radiografia da estrutura do tráfico na transição do século XVIII para o XIX.

Do outro lado do Atlântico, no Brasil, a efetivação da conquista lusa efetivou-se por meio de uma série de alianças entre os agentes da coroa portuguesa e os indígenas. Essa rede de alianças formou o que Fragoso chama, no capítulo quatro, de “[...] sociedade ameríndia, mameluca, escravista e católica” (Fragoso, 2024, p. 114). Os povos indígenas encontrados pelos portugueses nas terras invadidas tinham uma organização social calcada nas redes de parentela e na poligamia, na qual o cunhadíssimo teve grande importância.

Os membros da aristocracia portuguesa, ancestrais das elites da terra, desposaram muitas filhas de chefes indígenas como meio de ganharem os exércitos de flecheiros que auxiliavam na dominação de outros povos que ofereciam resistência. Nem todos, é claro, conseguiram integrar-se a essas estruturas. Fragoso ressalta que somente duas capitânicas, São Vicente e Pernambuco, alcançaram êxito. De acordo com o autor, o sucesso deve-se ao fato, entre outros motivos, de seus capitães terem realizado guerras e alianças por meio do cunhadismo, o que permitiu a estabilidade do domínio português na região. Nesse aspecto, assim como em outras partes do

trabalho, Fragoso aponta para a necessidade de estudos que possam avaliar a eficácia do cunhadismo na realização da conquista.

Além dos casamentos entre indígenas e portugueses, conforme já mencionado, destaca-se o papel da Igreja Católica, que empregou diversos instrumentos no processo de catequização dos povos conquistados. Nesse processo, as mulheres de agentes colonizadores foram empregadas para ajudar na conversão das esposas dos principais da terra (líderes indígenas).

Essas alianças e laços familiares foram cruciais para o enraizamento e a expansão da conquista lusa, pois a proteção dos flecheiros era vital para o sucesso do empreendimento colonizador. As guerras justas, inclusive, eram fundamentais na aquisição e novos escravizados, que eram a base da mão de obra no território, ao menos até a chegada dos primeiros africanos.

Portanto, é importante entender que as famílias que compunham a nobreza da terra eram mamelucas, ou seja, resultado das relações sexuais entre colonizadores e, principalmente, mulheres indígenas. A necessidade de alianças avançou à medida que avançava também a conquista. No capítulo cinco, intitulado *A sociedade perfeita na formação da economia colonial*, Fragoso descortina o funcionamento da economia colonial e, mais uma vez, a força das alianças entre as elites da terra. Assevera o autor que, no Rio de Janeiro, por exemplo, a dominação lusitana foi fruto das alianças com grupos indígenas. Expulsar indígenas de territórios estratégicos ou expulsar invasores a exemplo de holandeses e francês, operava dentro da lógica do premiar conforme o merecimento.

Essa lógica garantia que senhores de engenho acumulassem cargos na administração das repúblicas. Tal organização era fruto do que o autor chama de economia do bem comum, que, por sua vez, era fruto da justiça distributiva do rei. A lógica, aqui empregada, era a de que a elite deveria ordenar e administrar a sociedade de modo a organizá-la; eram eles quem moldavam aquela sociedade altamente desigual.

Nas vilas da América lusa, eram as câmaras municipais que incorporavam a política do bem comum e, por isso, apresentavam-se como a cabeça daquela sociedade desigual. Essas câmaras estavam nas mãos de famílias principais. Essa organização só era possível quando as freguesias estavam consolidadas, havendo, ali, a figura de um padre, a mostrar, mais uma vez, o papel do catolicismo na conformação social da população.

A população organizava-se para além dos preceitos católicos, em torno do que já apontamos, que era a economia do bem comum, ou seja, tudo confluía para a manutenção das desigualdades e para a manutenção de alianças e concessão de benefícios àqueles que manteriam a desigualdade nas localidades. Um exemplo disso é a utilização dada pelos poderosos locais ao dinheiro dos Juízos de Órfãos e da participação da Santa Casa de Misericórdia a serviço do enriquecimento das elites agrárias. Os empréstimos, como se deve imaginar, não eram concedidos a qualquer pessoa, mas, sim, àquelas de prestígio e boas relações.

As boas relações asseguravam o que o autor denomina de terra de parentela, isto é, complexos agrários construídos e preservados pelas alianças via matrimônio dos potentados locais, que buscavam, incansavelmente, manter a posse da terra, de pessoas e também dos ofícios camarários de maneira endógena.

Se os potentados locais organizaram-se em torno de solidariedades, a população escravizada ou de origem escravizada também o fez. O autor chama atenção para a agência escrava no sentido de se manterem organizados de forma coesa no interior das senzalas. Essa organização era efetivada via pia batismal, ou seja, por meio dos batizados, ato que ligava as pessoas pelo laço espiritual, fossem elas livres, libertas ou escravizadas. Tais alianças, segundo Fragoso, eram mais acessíveis aos pardos que, por se distanciarem da qualidade de negro ou de escravizados, tinham mais oportunidades de ascender socialmente. As redes de solidariedade entre a população de cor poderiam estar presentes na mesma fazenda há mais de uma geração.

De igual modo, os forros tinham mais facilidade para ascender socialmente, mas, como o autor demonstra, isso não os afastava do mundo da escravidão. Muitos

desses indivíduos, após conseguirem a alforria, permaneciam próximos aos seus e continuavam a desfrutar da proteção da casa senhorial. Aqui, fica claro que a proximidade com a casa senhorial era crucial tanto para os libertos quanto para escravizados. O pesquisador evidencia que, em várias fazendas, os escravizados conseguiram, por meio de suas agências, tornar-se foreiros, o que lhes conferia maior autonomia. Mais surpreendente ainda, conseguiram legar o uso da terra a familiares, ampliando, ainda mais, a rede de solidariedades. Como é possível supor, havia uma hierarquia entre os indivíduos escravizados.

No sexto e último capítulo, intitulado *A consolidação da sociedade perfeita nos trópicos: escravidão, circuitos regionais de mercado e suas ramificações pela monarquia pluricontinental lusa (século XVIII)*, a análise recai sobre o processo de criação de mercados regionais nos trópicos a partir do achamento do ouro da Minas Gerais (Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso).

Em primeiro lugar, é necessário entender que a extração aurífera impulsionou, mais uma vez, o tráfico atlântico, pois as minas exigiam reposição constante de trabalhadores. Nesse período, a direção do tráfico deixa Salvador e se dirige ao Rio de Janeiro, que se torna o ponto distribuidor de escravizados para o interior da colônia. Esse novo fluxo dinamizou a economia local a partir da produção de alimentos e de outros produtos necessários a sobrevivência da população mineira. Como exemplo, destacam-se as fazendas de gado da Bahia.

O fluxo de mercadoria para as minas e outras regiões fez surgir um grupo de comerciantes importantes que, também, imiscuiu-se à sociedade colonial por meio de enlases matrimoniais. Os potentados locais queriam, com os casamentos, a obtenção de redes de influência, diversificando as suas frentes de atuação. Não lhes bastava o monopólio da economia açucareira e dos ofícios régios; era preciso, ainda, controlar os mercados locais por meio dos comerciantes reinos estabelecidos no Brasil. Os comerciantes estabeleceram-se, segundo Fragoso, em cinco praças, àquela altura, as mais importantes: Salvador, Rio de Janeiro, Recife, São Luís e Belém.

No entanto, de acordo com Fragoso, essa rede comercial não estava organizada em torno de produtos de luxo, uma vez que a distinção social na sociedade colonial era mais baseada na posse de cativos e nas doações pias do que por manufaturados provenientes da Europa. Nesse ponto, o autor, novamente, refuta a noção de que estávamos diante de uma sociedade capitalista.

João Fragoso, ainda questionando a noção de que não havia capitalismo nos trópicos, enfatiza que a continuidade dos engenhos de açúcar na América Portuguesa dependia mais das relações clientelistas do que da escravidão. Isso o distingue dos congêneres caribenhos, que não recorreram ao consórcio de mão de obra livre. Portanto, em terras lusitanas, a rede de dependência entre grandes proprietários e produtores de cana avultava como essencial para a continuidade da lavoura canavieira. Os lavradores de cana possuíam o direito costumeiro sobre a terra, o que resultava em uma complexa rede de dependência entre eles e os senhores de engenho. Dependências como as mencionadas anteriormente constituíam a base das relações no reino e nas novas terras adquiridas.

Na obra, Fragoso expõe ao público leitor as contradições do processo de consolidação do poder na Europa e, mais especialmente, em Portugal, de modo a criar um aparato governamental baseado na diferença e nas hierarquias sociais. Aqui, respondemos ao leitor a pergunta inicial, a saber: Que sociedade perfeita era essa? A sociedade perfeita era, como talvez já tenham notado, a sociedade desigual, hierarquizada e, profundamente, dependente das relações de reciprocidade.

Nessa perspectiva, o livro oferece, portanto, uma importante contribuição para a história política e social do Brasil colonial, ressaltando como as redes clientelistas fortalecem-se durante o processo de consolidação da monarquia pluricontinental lusitana. A obra, contudo, peca pelo excesso de didatismo. Ao tentar fazer com que o leitor, em geral, entenda o tema central do volume, o autor acaba reiterando a sua tese várias vezes, o que torna a leitura cansativa para o público especializado.

Notas de autoria

Julian de Souza da Mota é Mestre (2020) pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão e doutorando em História e Conexões Atlânticas: política e poderes pela mesma instituição. Licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia/UNEB-Campus-XVIII em 2017. É membro dos seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisa Escravidão e Abolição na Amazônia (GEPEAM/DEHIS-UFPA) e do Grupo de pesquisa O mundo atlântico e suas diásporas - GMAD - UFMA. Tem experiências: Escravidão; Famílias escravas; Trabalho Escravo; Brasil Império, e História da Bahia Escravista. Para além das pesquisas na área da escravidão, tem experiência em: Ensino de História e Novas Fontes para o ensino de História. Entre 2022 e 2024, foi professor substituto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, lotado no Instituto do Estudo do Trópico Úmido. Atualmente, é professor concursado da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins.

Referências

GUEDES, Roberto. Resgates de cativos na África e na travessia atlântica e escravidão africana no Brasil. In: FRAGOSO, João. *A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2024. p. 71-108.